

Comunicado

Em conformidade com a Lei Complementar 846, de 04-6-1998
Balço Patrimonial - Hospital Transplantes do Estado de São Paulo - SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina

**SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina
Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini**

CNPJ nº 61.699.567/0024-89

Nota da Administração

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, estamos publicando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: **SPDM – Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini**. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30 de Abril de 2018. São Paulo, 28 de Fevereiro de 2018.
Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da SPDM



Demonstrações Contábeis - Comparativo dos Balanços Patrimoniais		
	2017	2016
Ativo	198.336.114,15	196.770.950,26
Ativo Circulante	781.317,56	5.679.665,34
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 3.1)	11.169,36	17.211,38
Bancos conta movimento	770.148,20	5.662.453,96
Aplicações Financeiras (nota 3.2)	188.487.084,62	179.703.580,95
Contas a Receber (nota 3.3)	156.874.422,72	151.987.200,00
Valor a Receber - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (nota 3.3.1)	19.094.729,61	15.198.448,66
Valor Estimativa a Receber- Rescisão de Contratual (nota 3.3.2)	12.517.932,29	12.517.932,29
Valores em Negociação - Contrato/Convênio (nota 3.3.3)	983.387,01	653.958,07
Outros Créditos	983.387,01	653.958,07
Adiantamentos a fornecedores (nota 3.4.1)	220.538,61	60.938,24
Antecipações salariais	12.379,53	8.580,03
Antecipação de férias (nota 3.4.2)	583.379,42	490.023,03
Outros créditos e adiantamentos	25.532,23	482,25
Depósito judicial (nota 3.4.3)	74.897,11	39.795,00
Adiantamento 13º Salário (nota 3.4.4)	1.263,29	-
Valores a recuperar (nota 3.4.5)	54.139,52	54.139,52
Adiantamento SPDM	11.257,30	-
Despesas Pagas Antecipadamente (nota 3.6)	33.087,72	29.018,06
Prêmios de seguros e outros a vencer	33.087,72	29.018,06
Outros Materiais Transitáveis	-	3.702.874,50
Importação em Andamento	-	3.702.874,50
Estoques (nota 3.5)	8.051.237,24	7.001.853,34
Materiais utilizados no setor de nutrição	44.450,36	73.542,61
Materiais utilizados no setor de farmácia	1.277.641,37	1.530.831,95
Materiais de almoxarifado	2.988.088,24	2.702.132,10
Empréstimos de materiais a terceiros (nota 3.5.1)	188.945,32	168.215,73
Operações com Materiais de Terceiros (nota 3.5.2)	3.552.111,95	2.527.130,95
Ativo Não Circulante	149.085.835,76	285.086.157,51
Ativo Realizável a Longo Prazo	136.129.992,00	272.259.984,00
Valores a receber (nota 3.7)	136.129.992,00	272.259.984,00
Ativo Imobilizado - Bens Próprios (nota 3.8)	2.261.225,27	-
Imobilizado Próprio em Operação	2.261.225,27	-
Depreciações	(169.591,23)	-
Depreciação Imobilizado Próprio	(169.591,23)	-
Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros (nota 3.8)	10.739.958,46	12.621.441,17
Imobilizado - Bens de Terceiros	31.697.582,39	30.663.347,73
Ajuste Vida Útil Econômica	-	-
Bens Terceiros (nota 3.8.1)	(20.957.623,93)	(18.041.906,56)
Ativo Intangível (nota 3.8)	124.251,26	204.732,34
Intangível de Terceiros	903.545,58	827.040,00
Ajuste Vida Útil Econômico Intangível Terceiro	(779.294,32)	(622.307,66)
Total do Ativo	347.421.949,91	481.857.107,77

Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
	Dez/17	Dez/16
Fluxos de caixa das atividades operacionais	169.591,23	-
Resultados do exercício/ período	-	-
Ajustes p/ conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	169.591,23	-
Depreciação e amortização	-	-
Variações nos ativos e passivos (Aumento) Redução	-	-
em contas a receber	127.012.989,73	127.895.023,11
(Aumento) Redução em estoques	4.628.216,89	(3.303.066,54)
Aumento (Redução) em fornecedores	3.553.227,75	1.035.304,22
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	(136.976.167,11)	(122.170.903,41)
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	(1.961.963,79)	1.010.385,26
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais (3.574.105,30)	4.739.742,64	-
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	(1.324.242,48)	(1.319.198,08)
(-) Compras de imobilizado	(2.261.225,27)	-
(-) Adição de Bens de Terceiros	936.982,79	(1.319.198,08)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos (1.324.242,48)	(1.319.198,08)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	4.898.347,78	3.420.544,56
Empréstimos tomados	-	-
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	4.898.347,78	3.420.544,56
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	4.898.347,78	3.420.544,56
No início do período	5.679.665,34	2.259.120,78
No final do período	781.317,56	5.679.665,34

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras: A Entidade, **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina** é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nºs. 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. **Características da Unidade Gerenciada:** O Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini, adiante denominado (HTEJZ) é referência para as especialidades de Hematologia (Transplante de Medula Óssea), Nefrologia (Transplante Renal), Hepatologia (Transplante Hepático), Oftalmologia de Alta Complexidade (Transplante de Córnea) e especialidades como Neurologia (Epilepsia e Mal de Parkinson, Tumores de Hipófise) e Urologia (Centro de Referência do Homem). A SPDM firmou contrato de gestão n. 001.0500.000061/2014 com a SES, publicado em Diário Oficial no dia 31/12/2014 pelo prazo de 05 (cinco) anos com vigência até 31.12.2019. O objetivo do contrato é a operacionalização da Gestão e Execução das atividades de serviços de saúde a serem desenvolvidas no Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini. O valor global do contrato de gestão foi de R\$ 680.649.960,00 (Seiscientos e oitenta milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, novecentos e sessenta reais). Em 2017 os valores repassados através do contrato de gestão n.º 001.0500.000061/2014 totalizaram R\$ 151.726.282,08 (Cento e cinquenta e um milhões, setecentos e e vinte e seis mil, duzentos e oitenta e dois reais e oito centavos) para custeio e para investimento na reforma da cozinha foi recebido o total de R\$ 535.000,00 (quinhentos e trinta e cinco mil reais). **1 - Imunidade Tributária:** A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. **2 - Apresentações das Demonstrações Contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras de 2017, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A SPDM elaborou suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual

Passivo - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
	2017	2017
Passivo Circulante	200.277.663,83	196.561.494,06
Fornecedores (nota 3.9)	8.705.305,08	4.992.999,40
Serviços de Terceiros P. Jurídica (nota 3.10)	1.443.224,24	1.602.302,17
Serviços de Terceiros P. Física (nota 3.10)	456.895,58	412.510,82
Salários a pagar (nota 3.11)	4.477.503,94	4.032.807,25
Contribuições a recolher (nota 3.12)	1.197.333,05	1.073.273,30
Provisão de férias (nota 3.13)	7.564.540,38	6.840.090,56
Provisão de FGTS sobre férias (nota 3.13)	604.834,38	547.021,20
Provisão PIS s/ 13º Salário e Férias (nota 3.13)	75.645,66	68.292,81
Empréstimo a funcionário	-	-
Lei 10.820/03 (nota 3.16)	44.910,69	78.522,53
Impostos a recolher (nota 3.14)	2.139.161,09	1.792.575,47
Obrigações Tributárias (nota 3.15)	250.380,86	423.456,10
Acordo Trabalhista a pagar	-	1.250,00
Outras contas a pagar (nota 3.17)	66.154,81	3.362.969,82
Recebimento de materiais de terceiros (nota 3.19)	35.688,94	110.924,65
Operações c/ Mat. Terceiros	3.552.111,95	2.527.130,95
Valores Transitáveis	750,00	-
Estrutura SPDM	-	56.447,26
Valor Estimativa a Pagar - Rescisão de Contratual (nota 3.3.2)	19.094.729,61	15.198.448,66
Convênios/Contratos públicos a realizar (nota 3.18)	150.568.493,57	153.440.471,11
Passivo Não Circulante	147.144.286,08	285.295.613,71
Provisão de Despesa Proc. Cíveis (nota 3.20)	33.900,00	33.900,00
Provisão de Despesa Proc.	-	-
Trabalhistas (nota 3.20)	116.184,36	175.556,20
Imobilizado - Bens de terceiros (nota 3.8)	32.601.127,97	31.490.387,73
Ajustes vida útil econômica - Bens de terceiros (nota 3.8.1)	(21.736.918,25)	(18.664.214,22)
Convênios/Contratos Públicos a realizar (nota 3.18)	136.129.992,00	272.259.984,00
Total do Passivo	347.421.949,91	481.857.107,77
Patrimônio Líquido (nota 5)	-	-
Resultados Acumulados dos Exercícios Anteriores e do Período (nota 3.22)	-	-
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	347.421.949,91	481.857.107,77

Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
	Dez/17	Dez/16
1 - Receitas	188.018.741,42	171.302.065,47
1.1) Prestação de serviços	160.044.042,86	145.407.865,06
1.2) Outras Receitas	457.729,64	1.588.232,35
1.3) Isenção usufruída sobre contribuições	27.516.968,92	24.305.968,06
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)	70.014.079,79	66.671.547,39
2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações d	43.982.015,27	39.950.752,30
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outro	24.564.818,77	22.591.539,45
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	1.064.307,51	3.906.160,69
2.4) Outros	402.938,24	223.904,95
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	118.004.661,63	104.630.518,08
4 - Retenções	169.591,23	-
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	169.591,23	-
5 - Valor Adicionado Líquido Produzido Pela Entidade (3-4)	117.835.070,40	104.630.518,08
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	517.919,85	1.047.795,91
6.1) Receitas financeiras	517.919,85	1.047.795,91
7 - Valor Adicionado Total (5+6)	118.352.990,25	105.678.313,99
8 - Distribuição do Valor Adicionado	118.352.990,25	105.678.313,99
8.1) Pessoal e encargos	88.462.744,88	78.875.157,89
8.2) Impostos, taxas e contribuições	529.334,06	707.394,00
8.3) Juros	207,73	397,48
8.4) Aluguéis	1.843.734,66	1.789.396,56
8.5) Isenção usufruída sobre contribuições	27.516.968,92	24.305.968,06
8.6) Lucros retidos / prejuízo do período	-	-

para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicável às Entidades sem Fins Lucrativos, e Res. CFC N.º 1.409/12 - ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. **2.1 - Formalidade da Escrituração Contábil - Resolução nº 1.330/11 (NBC ITG 2000):** As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. Com a publicação da portaria 1.420 de 19 de dezembro de 2013 pela RFB, algumas alterações foram introduzidas com relação ao livro diário que passou a ser exigido em formato digital e a forma de arquivamento pelo cartório de registros. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. **2.2 - Nome Empresarial, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada:** SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini - Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2651 - Jardim Paulista - São Paulo - SP CEP 01401-901 - CNPJ nº 61.699.567/0024-89. **3 - Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações:** Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas suas orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002) e suas alterações. O plano de contas adotado atende aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. **3.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias. **Saldo Caixa** **31.12.2017-R\$** **31.12.2016-R\$**
Saldo Bancos - -
Aplicação Financeira de Curto Prazo 11.169,36 17.211,38
Caixa e Equivalentes de Caixa 770.148,20 5.662.453,96
781.317,56 5.679.665,34
Os recursos disponíveis para a unidade gerenciada estão disponíveis em conta corrente bancária oficial e representam em 31.12.2017 o montante de R\$ 781.317,56 conforme quadro acima. **3.2 - Aplicações Financeiras:** As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores encontram-se aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.

Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
	2017	2016
Receitas Operacionais Com Restrições	187.561.011,78	169.713.833,12
Receita Bruta de Serviços Prestados Com Restrições	160.020.482,34	145.387.583,88
Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (nota 4.1)	160.020.482,34	145.387.583,88
Isenção usufruída-INSS Patronal Serv. Próprios (nota 9.1)	21.486.006,39	18.827.059,99
Isenção usufruída-INSS Patronal Serv. Terceiros (nota 9.2)	1.230.348,06	1.117.280,55
Isenção usufruída - COFINS (nota 9.3)	4.800.614,47	4.361.627,52
Trabalho Voluntário Estatutário (nota 9.4)	8.706,45	7.660,22
Outros Trabalhos Voluntários (nota 9.4)	14.854,07	12.620,96
Outras Receitas com Restrições	975.649,49	2.636.028,26
Financeiras	517.919,85	1.047.795,91
Doações recebidas (nota 4.3)	24.450,39	1.318.939,37
Despesas anuladas do exercício anterior (nota 4.4)	33.469,07	252.741,12
Outras receitas	399.810,18	16.551,86
(=) Receita Líquida com Restrições Custos e Despesas (nota 4.2)	188.536.661,27	172.349.861,38
(-) Custos dos Serviços Prestados Com Restrições	(150.525.502,00)	(132.393.564,27)
Serviços - Pessoal Próprio	(76.292.319,56)	(67.171.803,84)
Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	(4.157.775,49)	(4.726.239,07)
Serviços - Terceiros Pessoa Física	(6.151.740,30)	(5.586.402,73)
Mercadorias	(43.982.015,27)	(39.950.752,30)
Isenção usufruída-INSS Patronal Serv. próprios	(18.711.303,32)	(13.841.085,78)
Isenção usufruída-INSS Patronal Serv. terceiros	(1.230.348,06)	(1.117.280,55)
(-) Despesas Operacionais Com Restrições	(37.062.574,31)	(39.269.902,94)
Serviços - Pessoal Próprio	(12.146.864,80)	(11.683.072,87)
Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	(12.646.186,50)	(11.773.195,68)
Mercadorias	(2.504.266,18)	(1.608.704,36)
Tributos	(529.334,06)	(707.394,00)
Despesas Financeiras	(243.180,20)	(223.492,43)
Despesas - Bens Permanentes de Terceiros (nota 4.5)	(1.064.307,51)	(3.906.160,69)
Depreciações e Amortizações	(169.591,23)	-
Outras Despesas	(159.965,77)	-
Trabalho Voluntário Estatutário	(8.706,45)	(7.660,22)
Outros Trabalhos Voluntários	(14.854,07)	(12.620,96)
Isenção usufruída-INSS Patronal Serv. próprios	(2	

continuação Tipo	Valores em Reais	
	31.12.2017	31.12.2016
Materiais utilizados no setor de Nutrição	44.450,36	73.542,61
Materiais utilizados no setor de Farmácia	1.277.641,37	1.530.831,95
Materiais de Almoxarifado	2.988.088,24	2.702.132,10
Materiais de Terceiros Consignados	3.552.111,95	2.527.130,95
Materiais de Terceiros Emergenciais	188.945,32	168.215,73
Total	8.051.237,24	7.001.853,34

3.5.1- Materiais em Consignação/Terceiros: O HTEJZ em parceria com fornecedores de órteses e próteses, mantem em seu estoque material em consignação para suprir demanda de cirurgias e procedimentos médicos, esses materiais representam R\$ 129.790,97. A SES (FURP) fornece para o HTEJZ medicamentos de maneira gratuita para o atendimento de pacientes da rede pública, esses medicamentos representaram R\$ 3.422.320,98. Ambos os itens totalizaram em 31.12.2017 o montante de R\$ 3.552.111,95, os quais o HTEJZ contabiliza em contas específicas de ativo e passivo. **3.5.2- Materiais de Terceiros:** O HTEJZ possui outros materiais terceiros para compor o atendimento emergencial da unidade no valor de R\$ 188.945,32, que integram o estoque da instituição. **3.6- Despesas Pagas Antecipadamente:** Representam valores referentes a prêmios de seguros de veículos e de imóveis. Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **3.7.- Valores a Receber (Ativo Não Circulante):** Os valores registrados nesta conta em 2017 representam valores a receber de longo prazo, relativos ao Contrato de Gestão n.º 001.0500.000061/2014, proveniente da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, e totalizaram R\$ 136.129.992,00. **3.8- Imobilizado:** O imobilizado do HTEJZ é composto por bens de terceiros os quais são classificados

Demonstrativo da Movimentação de Imobilizado - Bens de Terceiros em 2017

	Posição em 31/12/2016		Aquisição		Transferência em 31/12/2017		Posição em 31/12/2017	
Imobilizados-Bens de Terceiros - Bens Moveis	30.663.347,73	1.037.802,33	1.037.802,33	3.567,67	31.697.582,39			
Apar Equip Utens Med Odont Lab	24.094.122,32	625.508,56	625.508,56	1.200,00	24.718.430,88			
Equip Processamento De Dados	390.386,13	71.589,90	71.589,90	2.000,00	459.976,03			
Mobiliário em Geral	3.994.045,75	85.393,29	85.393,29	-	4.079.439,04			
Maq Utens e Equip Diversos	1.537.386,05	204.420,40	204.420,40	-	1.741.806,45			
Veiculos de Tração Mecânica	326.133,03	-	-	-	326.133,03			
Apar e Equip Comunicação	10.581,90	-	-	-	10.581,90			
Apar e Utens Domesticos	188.578,05	25.084,48	25.084,48	367,67	213.294,86			
Equip P/Audio Video E Foto	122.114,50	25.805,70	25.805,70	-	147.920,20			
Imobilizados-Bens De Terceiros - Intangivel	827.040,00	76.505,58	76.505,58	-	903.545,58			
Software	827.040,00	76.505,58	76.505,58	-	903.545,58			

Ajuste Vida Util Economica Bens De Terceiros - Bens Moveis

	Posição em 31/12/2016	Transferência em 31/12/2017	Ajustes em 31/12/2017	Posição em 31/12/2017	Taxas anuais em 31/12/2017
Ajuste Vida Util Economica Bens De Terceiros - Bens Moveis	18.041.906,56	3.028,78	(2.918.746,15)	20.957.623,93	
Apar Equip Utens Med Odont Lab	13.835.378,43	1.022,65	(2.290.971,50)	16.125.327,28	10%
Equip Processamento De Dados	236.117,43	2.000,00	(50.019,02)	284.136,45	10%
Mobiliário Em Geral	2.722.665,32	-	(376.654,63)	3.099.319,95	10%
Maquinas Utens E Equip Diversos	768.018,68	-	(166.594,59)	934.613,27	10%
Veiculos De Tração Mecânica	326.133,03	-	-	326.133,03	20%
Aparelhos De Equip Comunicação	6.504,78	-	(887,06)	7.391,84	10%
Aparelhos E Utensilios Domesticos	81.289,88	6,13	(19.324,53)	100.608,28	10%
Equip P/Audio Video E Foto	65.799,01	-	(14.294,82)	80.093,83	10%
Ajuste Vida Util Economica Bens de Terceiros - Intangivel	622.307,66	-	(156.986,66)	779.294,32	
Software	622.307,66	-	(156.986,66)	779.294,32	20%

O valor das aquisições adquiridos com os recursos do contrato de gestão no ano de 2017 de bens moveis e intangíveis totalizaram R\$ 1.114.307,51, dos quais solicitamos a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo o Termo de Permissão de Uso dos Bens Móveis, equipamentos médico-hospitalares, software e equipamentos de informática, com exclusiva finalidade de sua utilização na realização de atividades e serviços de saúde. **3.8.1 Ajuste de Vida Util:** A instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.8 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado. **3.9 - Fornecedores:** As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. **3.10 - Serviços de Terceiros:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços médicos e não-médicos, tais como: serviços prestados de utilidade pública, assessoria técnica e jurídica, portaria, segurança e limpeza. **3.11 - Salários a Pagar:** De acordo com o Art. 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.12 - Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS e PIS. **3.13 - Provisão de Férias e Encargos.:** Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **3.14 - Impostos a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF sobre serviços pessoal próprio em regime CLT e ISS sobre os serviços prestados de pessoas físicas autônomas. **3.15 - Obrigações Tributárias:** A obrigação tributária de acordo com o §1º do art. 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS e PIS/COFINS/CSLL, TRSS, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada, o montante a pagar, em 2017 R\$ 250.380,86, e em 2016 representam R\$ 423.456,10. **3.16 - Empréstimos Funcionários:** A Lei 10.820, de 17.12.2003, beneficiou os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), permitindo o desconto das parcelas relativas a empréstimos, financiamentos e operações de leasing na folha de pagamento desses empregados. A instituição oferece aos seus funcionários o crédito consignado com o Banco Bradesco e Banco do Brasil, com desconto em folha. O saldo a pagar contabilizado em 2017 R\$ 44.910,69, e em 2016 representa R\$ 78.522,53. **3.17 - Outras contas a pagar:** Os valores evidenciados em outras contas a pagar referem-se a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição, ou ainda, aqueles valores

de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão, para o qual o HTEJZ solicitou Termo de permissão de uso. Os bens próprios referem-se a ativo adquirido através de processo de importação de equipamento pela própria SPDM para uso exclusivo em atendimento hospitalar no que se refere ao desenvolvimento do projeto de pesquisa assistencial no tratamento dos pacientes portadores de câncer de próstata, o qual proporciona diminuir as complicações cirúrgicas e otimizar os recursos, e foi contabilizado pelo custo de aquisição, sendo a sua depreciação calculada pelo método linear. Desta forma os ativos estão distribuídos da seguinte forma:

Demonstrativo da Movimentação de Imobilizado Bens Próprios em 2017

	Posição em 31/12/2016		Aquisição		Transferência em 31/12/2017		Posição em 31/12/2017	
Imobilizado Bens Próprios em Operação	-	2.261.225,27	2.261.225,27	-	2.261.225,27			
Apar Equip Utens	-	2.261.225,27	2.261.225,27	-	2.261.225,27			
Med Odont Lab	-	-	-	-	-			
Depreciação Imobilizado Bens Próprios	-	(169.591,23)	(169.591,23)	169.591,23	169.591,23			
Apar Equip Utens	-	-	-	-	-			
Med Odont Lab	-	-	-	-	-			10%

Demonstrativo da Movimentação de Imobilizado - Bens de Terceiros em 2017

	Posição em 31/12/2016		Aquisição		Transferência em 31/12/2017		Posição em 31/12/2017	
Imobilizados-Bens de Terceiros - Bens Moveis	30.663.347,73	1.037.802,33	1.037.802,33	3.567,67	31.697.582,39			
Apar Equip Utens Med Odont Lab	24.094.122,32	625.508,56	625.508,56	1.200,00	24.718.430,88			
Equip Processamento De Dados	390.386,13	71.589,90	71.589,90	2.000,00	459.976,03			
Mobiliário em Geral	3.994.045,75	85.393,29	85.393,29	-	4.079.439,04			
Maq Utens e Equip Diversos	1.537.386,05	204.420,40	204.420,40	-	1.741.806,45			
Veiculos de Tração Mecânica	326.133,03	-	-	-	326.133,03			
Apar e Equip Comunicação	10.581,90	-	-	-	10.581,90			
Apar e Utens Domesticos	188.578,05	25.084,48	25.084,48	367,67	213.294,86			
Equip P/Audio Video E Foto	122.114,50	25.805,70	25.805,70	-	147.920,20			
Imobilizados-Bens De Terceiros - Intangivel	827.040,00	76.505,58	76.505,58	-	903.545,58			
Software	827.040,00	76.505,58	76.505,58	-	903.545,58			

	Posição em 31/12/2016		Ajustes em 31/12/2017		Posição em 31/12/2017		Taxas anuais em 31/12/2017	
Ajuste Vida Util Economica Bens De Terceiros - Bens Moveis	18.041.906,56	3.028,78	(2.918.746,15)	20.957.623,93				
Apar Equip Utens Med Odont Lab	13.835.378,43	1.022,65	(2.290.971,50)	16.125.327,28				10%
Equip Processamento De Dados	236.117,43	2.000,00	(50.019,02)	284.136,45				10%
Mobiliário Em Geral	2.722.665,32	-	(376.654,63)	3.099.319,95				10%
Maquinas Utens E Equip Diversos	768.018,68	-	(166.594,59)	934.613,27				10%
Veiculos De Tração Mecânica	326.133,03	-	-	326.133,03				20%
Aparelhos De Equip Comunicação	6.504,78	-	(887,06)	7.391,84				10%
Aparelhos E Utensilios Domesticos	81.289,88	6,13	(19.324,53)	100.608,28				10%
Equip P/Audio Video E Foto	65.799,01	-	(14.294,82)	80.093,83				10%
Ajuste Vida Util Economica Bens de Terceiros - Intangivel	622.307,66	-	(156.986,66)	779.294,32				
Software	622.307,66	-	(156.986,66)	779.294,32				20%

não usuais a atividade principal da instituição. **3.18 - Convênios/Contratos Públicos a Realizar (Circulante e Não Circulante):** De acordo com a Resolução 1.305/10 (NBC TG 07 R1) Item 15A e Resolução 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão (ou convênio) com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar a curto prazo em 31.12.2017 representa R\$ 150.568.493,57 (Cento e cinquenta milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e noventa e três reais e cinquenta e sete centavos), e o saldo a realizar a longo prazo representa a quantia de R\$ 136.129.992,00 (Cento e trinta e seis milhões, cento e vinte e nove mil, novecentos e noventa e dois reais). **3.19 - Materiais de Terceiros em Nosso Poder:** Representam valores relativos a recebimento de materiais de terceiros em nosso poder. Em 2017 esses valores totalizaram R\$ 35.688,94, e em 2016 R\$ 110.924,65. **3.20 - Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **3.20.1 - Contingências Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15 de Setembro de 2009 que aprova o CPC 25. As ações civis têm por origem, independente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórias, quanto processo administrativo e cobranças propostas por fornecedores. Para processos onde a possibilidade de perda em 31.12.2017 era tida como provável, foi constituída a provisão nas contas de passivo. O montante para o mesmo tipo de ação cível, onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o valor apurado foi de R\$ 777.000,00, não havendo nenhum processo com a possibilidade de perda tida como "remota". Em 2017 a Unidade Gerenciada acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Aquelas cuja probabilidade de perda era tida como "provável" se encontram devidamente provisionadas no balanço (Passivo) na rubrica de Contingências Trabalhistas. Para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$1.873.100,22.Com relação às execuções tributárias foram apuradas contingências com a probabilidade de perda remota.

SPDM - HTEJZ									
Contingências - Passivas									
Trabalhista			Cível			Tributária			
Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota	
116.184,36	1.873.100,22	-	33.900,00	777.000,00	-	-	-	369.172,94	

3.20.2 - Contingências Ativas: Em atendimento ao Princípio da Prudência, as contingências ativas não devem ser contabilizadas enquanto não estiver efetivamente assegurada a sua obtenção em decisão promulgada em julgado para a qual não caibam mais quaisquer recursos. Mesmo nas situações em que a probabilidade seja favorável, isto não é suficiente para dar base ao reconhecimento do ganho contingente, uma vez que esta não assegura uma decisão final favorável à instituição. Em 2017, a unidade gerenciada não possui contingências ativas com probabilidade "provável".

3.21 - Outros Ativos e Passivos: Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valores históricos, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **3.22 - Apuração do Resultado** Conforme Resolução Nº 1.305/10 (NBC TG 07 R1), Item 12, o resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas e despesas são confrontadas ao final do exercício, de maneira que o resultado apurado será sempre "zero". Portanto a apuração do resultado não interfere no Patrimônio Líquido da instituição. **4 - Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **4.1 - Das Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios é de uso restrito para custeio e/ou investimento das

atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a Res. CFC Nº 4.305/10 - NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. **4.2 - Dos Custos e Despesas Operacionais:** Os custos e despesas operacionais estão relacionados aos setores produtivos da instituição e foram classificados levando em consideração a estrutura do sistema de custos da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e de apoio à instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. **4.3 - Doações:** Eventualmente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas as quais utiliza no desenvolvimento de suas atividades. Durante o exercício de 2017 a Instituição recebeu bonificações, doações de bens, equipamentos e mercadorias de consumo, perfazendo um total de R\$24.450,39, enquanto que em 2016 foi de R\$ 4.302.571,37. **4.4 - Despesas Anuladas do Exercício Anterior (Ajustes):** Para ajuste de ativos e passivos de exercícios anteriores, foram realizados no exercício de 2017, alguns lançamentos tendo como contrapartida direta as contas de resultado. Os ajustes referem-se à reversão de provisão de despesas com prestação de serviços de instalação de software não realizada conforme e reflexo de impostos que afetaram diretamente o resultado. **4.5 - Outras Despesas:** Outras despesas contemplam o custo de aquisição dos bens permanentes, o valor total das aquisições adquiridas com os recursos do contrato de gestão no ano de 2017 totalizaram R\$ 4.114.307,91, dos quais solicitamos a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo os Termos de Permissão de Uso dos Bens Moveis, equipamentos médico-hospitalares, software e equipamentos de informática, com exclusiva finalidade de sua utilização na realização de atividades e serviços de saúde. **4.6 - Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC Nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2017, a Associação recebeu Assistências Governamentais Estaduais conforme quadro abaixo:

CNPJ nº 61.699.567.0024-89

Convênios/Contratos	R\$
Contrato de Gestão n.º 001.0500.000.061/2014	152.261.285,08

5 - Patrimônio Líquido: Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2.012, e descrito em notas explicativas dos anos, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem as Resoluções 1305/10 e 1409/12, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece as Resoluções CFC 1409/12 (Item 11) e CFC 1305/10 (Item 12 e 15A), que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, a Entidade optou em não divulgar a DMPL - Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido nos períodos de 2016 e 2017, respectivamente. **6 - Resultado Operacional:** Em virtude do reconhecimento de receitas e despesas conforme Resolução Nº 1.305/13 (NBC TG 07 R1), Item 12 e 15A, o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado, de receitas e despesas compensadas em bases sistemáticas. Em 2017, a instituição reconheceu repasses e outras receitas no montante de R\$ 153.236.931,57 (Cento e cinquenta e três milhões, duzentos e trinta e seis mil, novecentos e trinta e um reais e cinquenta e sete centavos), esses recursos foram aplicados na atividade operacional e assistencial da unidade, considerando custos e despesas operacionais no período, totalizando um montante de R\$ 160.996.131,83 (Cento e sessenta milhões, novecentos e noventa e seis mil cento e trinta e um reais e oitenta e três centavos). Dessa forma, se houvesse apuração do resultado, a instituição encerraria o exercício com um resultado deficitário de R\$ 7.759.200,26 (Sete milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, duzentos reais e vinte e seis centavos). O resultado deficitário ficará consignado em conta específica do passivo até o final do contrato de gestão. Esse desequilíbrio pode estar associado ao aumento da demanda, ausência de recursos ou reajustes inflacionários para cobertura de dissídios e outros custos/despesas, itens influentes para o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de gestão. **6.1 Nota de Ênfase:** O Hospital de Transplantes Dr. Euríclides de Jesus Zerbiní apurou no exercício de 2017, um déficit de R\$ 7.759.200,26 (Sete milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, duzentos reais e vinte e seis centavos). Sendo o primeiro hospital público especializado em transplantes de órgãos e tecidos (fígado, pâncreas, rim, córnea e medula óssea) e o maior centro de serviços de urologia do Brasil (Centro de Referência em Saúde do Homem), bem como o maior serviço de Hem

continuação 8 - Relatório de Execução do Contrato de Gestão

Linha de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Internações	-	3.240	-	3.249	-	6.489
Saída Hospitalar - Total	3.090	3.225	3.090	3.289	6.180	6.514
Saída Hospitalar - (Exceto Cl. Cirúrgica)	1.290	1.235	1.290	1.270	2.580	2.505
Saída Hospitalar - Cl. Cirúrgica	1.800	1.990	1.800	2.019	3.600	4.009
HD/CIR. AMBULATORIAL - TOTAL	810	1.092	810	1.069	1.620	2.161
Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)	4.800	5.277	4.800	5.262	9.600	10.539
Consulta de urgência	4.800	5.277	4.800	5.262	9.600	10.539
Atendimento Ambulatorial - Total	60.840	68.855	60.840	70.357	121.680	139.212
Consulta médica - TOTAL	54.480	56.452	54.480	57.282	108.960	113.734
Atendimento não médico - TOTAL	6.360	12.403	6.360	13.075	12.720	25.478
SADT Externo - Total	1.206	1.454	1.206	1.630	2.412	3.084
Tratamento Especializado	6.300	11.869	6.300	11.784	12.600	24.469
Quimioterapia	3.000	4.765	3.000	4.377	6.000	9.142
Nefro-dialítico	1.620	5.202	1.620	5.044	3.240	10.246
Litotripsia	1.680	1.902	1.680	2.363	3.360	4.265
Transplantes - Total	-	63	-	73	-	136
Transplante córnea	-	15	-	30	-	45
Transplante hepático	-	13	-	14	-	27
Transplante medula óssea	-	31	-	27	-	58
Transplante renal	-	4	-	2	-	6
Transplante Pâncreas	-	-	-	-	-	-

9 - Contribuições Sociais: Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à portaria 834 de 26/04/2016 do Ministro da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAÚDE conforme processo nº 25000.003623/2018-01MS fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício se encontram registrados em contas específicas de receitas e totalizam em 2017: R\$ 27.516.968,92. Em 02 de Setembro de 2015, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 faz referência que os tributos objeto de renúncia fiscal não precisam ser registrados como se fossem devidos, bastando relacioná-los nas notas explicativas. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834/16 de 26/04/2016, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente do Conselho Administrativo

contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "C"). Para cumprir o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. 9.1-Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados.: Conforme descrito no item 9 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercício de 2017, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica de receitas sendo que no exercício de 2017 atingiu um montante de R\$ 1.230.348,06. Em 2016, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 18.827.059,99. 9.2-Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros.: A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas sendo que no exercício de 2017 atingiu um montante de R\$ 1.117.280,55. 9.3-Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no

exercício 2017 foi de R\$ 4.800.614,47. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2016, esse montante foi de R\$ 4.361.627,52. 9.4-Trabalho Voluntário.: Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outros tipos de voluntariado. Em 2017, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 8.706,45 e os outros trabalhos voluntários totalizaram R\$ 14.854,07. Em 2016 o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 7.660,22, enquanto os outros trabalhos voluntários totalizaram R\$ 12.620,96. **10- Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC nº 1.151/09 NBC TG 12):** Em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) pois os demais não se enquadraram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: § Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; § As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e § Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **11 - Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. **12-Exercício Social:** Conforme estabelece o art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31 de Dezembro de 2.017. **Mona Irene da Rocha Gomes** - Contadora - CRC 1MA 006470/O-5 T-SP

Opinião: Examinamos as Demonstrações Contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital de Transplante Dr. Eurycles de Jesus Zerbini que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é res-

ponsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de

auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 29 de março de 2018. **Audisa Auditores Associados** - CRC/SP 024298/O-3. **Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior** - Contador - CRC/RS 058.252/O-1 - CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04. **Alexandre Chiaratti do Nascimento** - Contador - CRC/SP 187.003/O-0 - CNAI - SP - 1620.

DO.online

acesso gratuito

As publicações dos atos oficiais desde 1891

- Pesquise gratuitamente no **portal da IMESP**
- Baixe o app **do|sp** para tablets e smartphones

Prêmio Mario Covas 2008

DO.online - A transparência dos atos do Governo disponível ao cidadão.

www.imprensaoficial.com.br

Google Play <https://goo.gl/zaFqGs>

App Store (Apple) <https://goo.gl/iCPWvR>

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO